

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Jornal do Commercio Class.: Terra/Demarcação  
 Data 17/09/93 Pg.: 267

## Corrêa recebe 300 índios em Brasília

BRASÍLIA — Um grupo de quase 300 índios, de 70 tribos diferentes, tentou falar ontem com o presidente Itamar Franco, no Palácio do Planalto, para pedir o cumprimento da Constituição, que determina a demarcação de todas as áreas indígenas até o dia 5 do próximo mês. Primeiro foram impedidos de entrar no Palácio, mas acabaram sendo recebidos pelo ministro da Justiça, Maurício Corrêa, a pedido do presidente. Eles foram informados da impossibilidade do Governo de demarcar as áreas, por causa da falta de recursos financeiros e humanos.

As lideranças indígenas entregaram ao ministro 10 pastas com 118 mil assinaturas de índios da região amazônica — pedindo a demarcação —, que deveriam ser entregues a Itamar. Maurício Corrêa foi claro ao informar que o Governo está impossibilitado de demarcar as reservas em todo o País, que correspondem a 10% do território nacional. O ministro disse que agora, com o fim da arrecadação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que daria uma receita mensal de quase US\$ 600 milhões, as dificuldades serão maiores.

O grupo de índios está em Brasília há três dias para pressionar o Congresso, o Planalto e os ministérios em favor das demarcações. Também estava na cidade, numa

campanha contra as demarcações, o governador de Roraima, Otomar Pinto (PTB). Ele tenta impedir que seja autorizada a demarcação da reserva de Raposa Serra do Sol, com 1,7 milhão de hectares, no Noroeste de Roraima. O ministro Corrêa voltou a falar ontem que essa área dos índios macuxi é muito polêmica e que ainda não sabe como resolver a questão, já que as pressões dos dois lados são intensas.

Pressionado pelos índios, o presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL/PE), teve que deixar de lado uma antiga superstição e colocou um cocar de índio em sua cabeça por alguns segundos. Os supersticiosos dizem que o cocar corta a sorte do “branco” que o usar.

Os índios entregaram também ao presidente da Câmara um documento com propostas para a revisão constitucional. As lideranças indígenas temem perder, durante a revisão, as conquistas obtidas durante a Constituinte. No documento, exigem ainda o cumprimento do artigo 67 das Disposições Transitórias, que fixa a data para conclusão da demarcação de suas terras. Até agora, a União demarcou 283 reservas indígenas, mas, segundo as lideranças indígenas, não tomou qualquer providência em relação a outras 236.

## Europa financia garimpo

A Comunidade Econômica Europeia (CEE) financia desde 1987 a exploração de ouro na área indígena de waiãpi, no Amapá, projeto que é acompanhado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que investiga o contrabando de minérios em áreas indígenas, o presidente da Funai, Dinarte de Madeiro, garantiu que mandará investigar a participação da CEE no garimpo na aldeia waiãpi. O ouro extraído é vendido no Estado e o dinheiro é utilizado pelos índios para a compra de munição.

Um documento preparado por Dominique Gallois, responsável pela Funai em Macapá, e entregue aos parlamentares, revela a ação da CEE na área indígena de waiãpi. A extração do ouro está incluída no projeto Recuperação de áreas degradadas: controle territorial waiãpi e diversificação do extrativismo vegetal e mineral. O documento afirma que 14 famílias indígenas se dedicam a extração manual de ouro sem a utilização de mercúrio. “Todo o processo é incentivado por nós e acompanhado por trabalho conjunto da administração em Macapá e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), de

São Paulo”, informa o relatório.

Em Macapá, um funcionário da Funai afirmou que a participação da CEE no garimpo é para assessorar os índios, orientando-os para que a exploração do minério não prejudique o meio ambiente. “A CEE contribui com a compra de motor de popa e financiamento de projetos”, disse. Dominique garante no documento que não há invasão de garimpeiros na aldeia de waiãpi. O relatório denuncia ainda a existência ilegal de uma pista de pouso de pequenos aviões no Parque Indígena de Tumucumaque, no Macapá.

Segundo, a denúncia, destaca pelo deputado Eraldo Trindade (PPR-AP), relator da CPI, a pista fica na área denominada Pedra da Onça, no Rio Paru de Leste e foi construída por garimpeiros do Suriname. “A Força Aérea Brasileira fotografou a pista e necessitamos de recursos e de aeronaves da Funai para retirar os garimpeiros da área”, diz o documento. A administração da Funai em Macapá enviou um comunicado interno à Funai no dia 2 de abril deste ano, solicitando providências e até o último dia 13 não havia recebido resposta. “Essa situação precisa ser resolvida”, destaca o relatório.